



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Ado Maldonado, Daniela Patricia; Cavalcanti de Albuquerque Williams, Lúcia
O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica

Psicologia em Estudo, vol. 10, núm. 3, diciembre, 2005, pp. 353-362

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122085003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O COMPORTAMENTO AGRESSIVO DE CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO NA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA¹

Daniela Patricia Ado Maldonado*
Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams[#]

RESUMO. Este trabalho teve como meta estudar o comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. Avaliaram-se 28 crianças do sexo masculino e suas respectivas mães, dentre as quais 14 crianças apresentavam comportamentos agressivos na escola (Grupo A). Estas últimas foram comparadas às 14 crianças do mesmo sexo e nível de renda que não apresentavam tais comportamentos (Grupo B). Os dados foram coletados inicialmente pelas professoras das crianças em três escolas de Ensino Básico de uma cidade do interior de São Paulo. Seguidamente, foram coletados dados com as mães das crianças em visitas domiciliares. Os resultados gerais apontam para a ocorrência de violência em ambos os grupos, porém, com maior incidência e maior severidade, no grupo de crianças agressivas. As considerações finais sinalizam a necessidade de futuros estudos para expandir a compreensão do comportamento agressivo e sua relação com a violência doméstica.

Palavras-chave: comportamento agressivo, violência doméstica, violência na escola.

AGGRESSIVE BEHAVIORS OF MALE CHILDREN IN SCHOOL AND ITS RELATION TO DOMESTIC VIOLENCE

ABSTRACT. The present study aimed at studying the aggressive behaviors of male children in school and its relation to domestic violence. For such purpose, 28 male children and their mothers were evaluated, 14 of them showed aggression in schools (Group A) and were compared to 14 children of the same sex and income who did not present aggression (Group B). Data were initially gathered by the teachers of three elementary schools of an inland city of São Paulo state. Afterwards, data were taken with the children's mothers in their respective homes. General results point to the occurrence of violence in both groups; however, the group of aggressive children had more incidents and more severity of violence. Final considerations point to the need for further research in order to expand the knowledge of aggressive behavior and its relationship to domestic violence.

Key words: aggressive behavior, domestic violence, violence in school.

A violência é um problema social grave que atinge toda a população e precisa ser estudada de diferentes maneiras. A importância do tema não pode ser solapada pela cotidianidade. Existem várias definições de violência, mas, como comenta Koller (1999), todo ato de violência tem em comum o fato de ser caracterizado por “ações e, ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos” (p. 33). Tal autora assinala que existem três papéis no ato da

violência, que podem ser confundidos, mesclados ou não: o papel de vítima, o de autor e o de testemunha.

Azevedo e Guerra (1995) definem a violência doméstica contra a criança como:

todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que — sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima — implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção de adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e

¹ Apoio: CNPq

* Mestre pela Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

[#] Doutora. Docente da Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia.

adolescentes têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento. (p. 36)

A violência contra a criança, muitas vezes, acontece dentro do próprio lar. Há diferentes formas de violência doméstica ou intrafamiliar, as quais são agrupadas e definidas como: física, sexual, psicológica e negligência (Caminha, 1999). A violência no lar se *expressa* de diferentes formas. A criança, como parte integrante da família, pode estar exposta à agressão direta - quando ela é o alvo da agressão - ou indireta - quando presencia cenas de violência entre os pais (Brancalhone, 2003; McCloskey, Figueredo & Koss, 1995). Ambas as formas de agressão são prejudiciais à criança (Jouriles, McDonald, Norwood, Ezell, 2001).

Há um grande número de crianças que testemunham a violência doméstica (Jaffe & Poisson, 2000; McCloskey, Figueredo & Koss, 1995), assinalam que uma das importantes razões pelas quais filhos de mães agredidas apresentam um quadro de distúrbio é o fato de terem presenciado uma cena de violência doméstica contra a própria mãe, sendo isto uma experiência traumática. Graham-Bermann (1998) explica que a maioria das pesquisas de saúde mental na área de violência doméstica concluem que a mera exposição à violência doméstica é, em si mesma, uma forma de maltratar a criança, afirmando que a criança que testemunha a agressão à sua mãe é vítima de violência psicológica.

Algumas dificuldades que podem decorrer do fato de se presenciar violência doméstica são ilustradas no estudo comparativo de famílias violentas e não-violentas e estresse maternal, indicando uma significativa prevalência de problemas comportamentais e reduzida competência social em crianças expostas à violência familiar (Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985). Os resultados obtidos no estudo de Wolfe e colaboradores dão embasamento à posição de Cummings (1998) no trabalho em que discute as diretrizes conceituais e teóricas sobre crianças expostas ao conflito conjugal e à violência. Tal autora ressalta a posição de Bandura (1973) de que as crianças podem aprender modelos cognitivos e comportamentais a partir de modelos ou cópias de eventos diários, incluindo-se a observação de seus pais em situações interparentais. A família tem uma importante influência na aquisição de modelos agressivos pelas crianças (Bandura, 1973; Gomide, 2003; Jaffe, Wolfe, & Wilson, 1990). Pais que utilizam a punição estão mostrando a seus filhos que a violência é uma forma apropriada de resolução de

conflitos e de relacionamento entre homens e mulheres.

Graham-Bermann (1998) assinala, em seu trabalho sobre o impacto da violência contra a mulher no desenvolvimento social da criança, que os modelos de comportamento aprendidos na primeira infância em interações com os outros são automaticamente usados em novas situações. Segundo a autora, por meio dessa aprendizagem, a criança adiciona táticas de agressão, podendo aprender a manipular, persuadir, coagir e mostrar, desde o início, comportamentos anti-sociais, podendo ainda exibir tais comportamentos em interações sociais com seus pares, fora do lar.

O comportamento agressivo, segundo os estudos acima citados, está inserido entre os problemas apresentados pelas crianças frente à violência doméstica. Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR), o comportamento agressivo se encontra associado a vários transtornos; no entanto, encontra-se, mais especificamente, inserido no quadro de *transtornos de conduta*, que é caracterizado por um padrão persistente de comportamento que viola os direitos básicos dos outros e as normas ou regras sociais importantes e apropriadas à idade (American Psychiatric Association, 2003).

Na revisão de literatura aqui realizada constatou-se que a literatura nacional a respeito de crianças *expostas* à violência conjugal está apenas iniciando. Brancalhone, Fogo e Williams (2004) citam a definição de Holden (1998) de que a criança exposta à violência conjugal é aquela que presencia, viu, ouviu agressão contra a própria mãe, viu o seu resultado ou vivenciou seu efeito. Cabe ressaltar o estudo realizado por Corrêa e Williams (2000), sobre o impacto da violência conjugal na saúde mental das crianças, o qual confirma os dados da literatura estrangeira, indicando que foram encontrados altos índices de depressão, agressividade, isolamento e baixa auto-estima em tais crianças. Já no trabalho de D'Afonseca e Williams (2003) sobre intervenção psicoterapêutica com crianças *vítimas* de violência física intrafamiliar, foram encontrados resultados que mostraram a presença de comportamento agressivo nas crianças, dentre os indicadores da ocorrência de abuso físico. O presente estudo envolverá tanto crianças que sofrem violência doméstica (vítima direta) como aquelas que presenciam tal tipo de violência (vítimas indiretas).

Cabe destacar que vários estudos chamam a atenção para algumas diferenças comportamentais apresentadas pelas crianças, segundo o gênero, como consequência da violência doméstica. O DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2003) destaca que

foram encontrados maiores escores de problemas de comportamento em meninos do que em meninas, da mesma forma que diferenças sobre os tipos específicos de comportamento. Graham-Bermann (1998) assinala diferenças em relação à identificação de papéis familiares segundo o gênero. Tanto Holden, Geffner e Jouriles (1998) como Fantuzzo e Lindquist (1989) discutem um maior índice de internalização de comportamentos-problema em meninas do que em meninos expostos à violência conjugal. Em contraste, para tais autores, os meninos apresentam maior externalização dos comportamentos-problema. Por essa razão, o presente estudo restringiu a amostra a ser investigada a crianças do sexo masculino.

Alguns estudos apresentam dados sobre a possível relação entre violência doméstica e comportamento agressivo. Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) estudaram a relação entre violência doméstica e agressividade na adolescência, mais especificamente, num estudo comparativo entre alunos considerados agressivos e não-agressivos de duas escolas (pública e privada), da cidade de Porto Alegre. Os resultados indicaram que em ambas as escolas existiam famílias com episódios graves e frequentes de punição em proporção semelhante. A relação entre agressividade na adolescência e punição física grave foi estatisticamente significativa. Os adolescentes considerados agressivos na escola eram mais punidos do que os adolescentes não-agressivos. Assim, como ressaltam os autores, “ficou explícita a figura do adolescente agressivo e maltratado, violento e machucado” (Meneghel, e cols., p. 332).

As crianças podem apresentar várias conseqüências em decorrência de sofrer violência física. Manion e Wilson (1995) apresentam evidências de estudos que sugerem que os maus-tratos em crianças estão associados a comportamentos infratores em adolescentes. Os resultados do trabalho de tais autores distinguem que experiências de maus-tratos na infância podem colocar os adolescentes em alto perigo de se engajarem em comportamentos de risco, estando relacionados a severos *déficits* de ajustamento nos adolescentes. Estes são suscetíveis de apresentar maior internalização e externalização de comportamentos-problema, tais como ansiedade, depressão, agressão e delinquência. Estudos sobre comportamento anti-social em crianças e jovens salientam que modelos coercitivos traçam histórias de desenvolvimento que caracterizam jovens infratores e adultos anti-sociais (Patterson, Reid & Dishion, 1992; Reid, Patterson & Snyder, 2002). Webster-Stratton (1997) destaca que

diversos estudos têm demonstrado uma alta continuidade entre crianças que apresentam *transtorno desafiador opositivo* e externalização de problemas nos primeiros anos pré-escolares e adolescentes que apresentam transtorno de conduta.

De acordo com as considerações aqui levantadas, cabe dizer que as conseqüências do comportamento agressivo podem ser graves, razão pela qual é importante a compreensão de tal comportamento. Nesse sentido, o presente estudo se justifica fundamentalmente pelo propósito de decifrar o comportamento agressivo como um sinalizador da existência de problemas com crianças que se encontram em situação de risco, contribuindo, assim, com dados e informações, de forma a facilitar a elaboração de estratégias de prevenção e atuação na área.

Assim sendo, o presente estudo se propôs como objetivo avaliar se as crianças do sexo masculino que apresentam comportamentos agressivos na escola, quando comparadas às crianças do mesmo sexo que não apresentam comportamentos agressivos, têm maior histórico de violência doméstica.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo 28 crianças do sexo masculino, de 7 a 11 anos de idade (média 8,2 anos) e suas respectivas mães. As crianças cursavam a primeira e a segunda séries do Ensino Fundamental de três escolas públicas de uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo, de dois bairros identificados, segundo o estudo realizado por Basso (1998), como lugares com alto índice de denúncias de ocorrência de violência. Os critérios para participação foram os seguintes: que as crianças participantes fossem do sexo masculino e que a composição familiar fosse constituída de figura materna e paterna no lar, sendo que a união do casal deveria ter pelo menos um ano.

As crianças participantes foram divididas em dois grupos segundo seu comportamento na escola: o grupo das crianças que apresentaram comportamentos agressivos (grupo A) e o daquelas crianças que não apresentaram comportamentos agressivos (grupo B), sendo que cada grupo tinha quatorze meninos.

Instrumentos

Para a coleta de dados foram utilizados:

- Escala de Percepção por Professores dos Comportamentos Agressivos de Crianças na

Escola (Lisboa & Koller, 2001). A escala consta de 41 itens que avaliam o comportamento da criança, medindo sua agressividade na escola. Cada item representa uma afirmação, sendo que a resposta deve ser dada pelo professor em uma escala de 5 pontos - onde 1 corresponde à resposta *discordo totalmente*, e 5 corresponde à resposta *concordo totalmente*;

- b) Entrevista para Levantamento de Dados sobre as Famílias (roteiro adaptado de Williams, 1998). Trata-se de uma entrevista semi-estruturada, com duração aproximada de 40 minutos, contendo itens de caracterização, relacionamento e ocorrência de violência. Por exemplo: descrição da família quanto ao número de integrantes, ao nível socioeconômico, à saúde, modalidade de violência experienciada pela família e sua frequência;
- c) Escala de Táticas de Conflito Revisada (Revised Conflict Tactics Scale – CTS-2, Straus, 1996), respondida pela mãe da criança logo após a entrevista para levantamento de dados sobre a família. Tal escala consta de 78 itens, sendo composta por afirmações que são utilizadas para identificar a violência (física, psicológica, sexual) entre casais e confirmar a existência ou não da violência conjugal nas famílias das crianças. Os escores resultantes da escala representam a frequência de classes e níveis de comportamento apresentados pelo casal.

Procedimento

Dados coletados na escola

O primeiro contato com as escolas foi feito com a apresentação, por parte da pesquisadora, dos objetivos do estudo e da solicitação da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa pelos professores.

Após aceitação de participação na pesquisa as professoras da primeira e segunda séries receberam uma breve instrução sobre como preencher o instrumento a ser utilizado por elas. Em seguida, foi entregue o instrumento “Escala de Percepção, por Professores, dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola” (Lisboa & Koller, 2001), sendo solicitado às professoras o preenchimento relativo a todas as crianças do sexo masculino da sua sala. Com base nos dados fornecidos pelo instrumento, a pesquisadora analisou os resultados.

Para a análise da pontuação da escala de percepção (Lisboa & Koller, 2001), a pesquisadora utilizou o seguinte procedimento: foram computados

os pontos negativos (referentes a comportamentos agressivos), sendo diminuídos os pontos positivos (referentes a comportamentos cooperativos ou assertivos) da escala. Em seguida, foram calculados a média de cada sala e o desvio-padrão. Os alunos que se encontravam acima da média de desvio-padrão foram consideradas pertencentes ao grupo A (grupo de crianças com comportamentos agressivos), e aquelas que se encontravam em um desvio-padrão abaixo da média foram consideradas pertencentes ao grupo B (crianças que não apresentavam comportamentos agressivos). As crianças do grupo B foram emparelhadas com as do grupo A, tomando-se em conta o número delas, a faixa etária e o fato de pertencerem à mesma sala de aula. Tendo compilado a lista de alunos integrantes de ambos os grupos, a administração da escola cedeu os endereços das crianças para que as respectivas mães fossem contatadas.

Dados coletados com as mães

Inicialmente foi feito um contato domiciliar com cada uma das mães das crianças de ambos os grupos e realizado o convite para participar da pesquisa, dando seu Consentimento Livre e Esclarecido por escrito. Posteriormente, foi realizada a Entrevista para Levantamento de Dados sobre a Família com as respectivas mães de ambos os grupos. Em seguida a pesquisadora, aplicava nas mães a Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS-2), na qual as mães responderam a questões relativas ao comportamento delas e do parceiro. Terminada a coleta de dados com as mães, caso fosse necessário, a pesquisadora realizava orientações e encaminhamentos para serviços especializados, respondendo a dúvidas eventuais das mães. O estudo também tomou os devidos cuidados éticos, obtendo a aprovação do Comitê de Ética do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, registrado no CONEP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento dos dados, foram analisados e comparados os dados de 14 crianças que apresentavam comportamento agressivo na escola (grupo A) e suas famílias, em relação a 14 crianças que não apresentavam tal comportamento (grupo B) e suas famílias. Em um primeiro momento foram realizadas análises a respeito das características apresentadas pelas famílias de ambos os grupos e constatou-se, com base nos testes estatísticos de Mann-Whitney (Teste de Hipóteses não Paramétricos,

com nível de significância fixado em 5%), que os grupos A e B não são diferentes quanto às variáveis de caracterização das famílias. Tais resultados não chegam a ser surpreendentes, uma vez que as crianças eram provenientes das mesmas salas e, portanto, dos mesmos bairros, com alta probabilidade de serem iguais quanto às variáveis socioeconômicas. As famílias do estudo caracterizaram-se por serem de baixa renda, vivendo em condições precárias de habitação, sendo que os pais não completaram o ensino fundamental na maioria dos casos. Considerando como referência o indicador de situação de pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – ONU/UNDP (1997), a maioria das famílias do grupo A e B (78,6%) encontrava-se inserida dentro da linha da pobreza.

As características apresentadas pelas crianças, mediante a aplicação dos testes estatísticos (Testes de Mann-Whitney), indicaram que ambos os grupos são iguais quanto à idade e diferentes quanto à pontuação na escala de comportamentos agressivos entre os grupos, como era de se esperar segundo os procedimentos utilizados para seleção dos participantes.

Os resultados da análise estatística (Teste Qui-quadrado, $\chi^2_{1} = 3,84146$, com nível de significância de 5%) dos dados relativos à violência na família, coletados na entrevista realizada com as mães, indicaram que os incidentes de violência familiar dos grupos A e B foram diferentes, sendo maiores para o grupo A. Foram analisados dois itens, um a respeito da ocorrência de *violência em casa* e outro a respeito da ocorrência de *violência contra a criança*. Quanto aos dados referentes à ocorrência de *violência em casa*, no grupo A, 28,6% das mães relataram a ocorrência, em contraposição ao grupo B, que não relatou incidentes desse tipo de violência. Em contraste, episódios de *violência contra a criança* surgiram em ambos os grupos: em 42,9% das famílias do grupo A e em 14,3% das famílias do grupo B houve relatos de episódios de *violência contra a criança*. Pode-se mencionar a existência, no grupo A, de um número expressivo (42,9%) de crianças que, segundo as mães, sofreram violência direta por parte de algum familiar. Cabe destacar que a maioria das mães que relataram terem ocorrido incidentes de *violência contra a criança* não considerou tais incidentes como sendo integrantes dos relatados de episódios de *violência em casa*.

Os dados obtidos nas entrevistas foram, também, analisados em relação às medidas aplicadas pelos pais em decorrência de comportamentos inapropriados das crianças para os grupos A e B respectivamente.

Segundo o relato das mães, as medidas aplicadas pelos pais (pai, mãe) foram divididas em três tipos: “*medida verbal*” (ex. repreende, grita, xinga), “*medida física*” (palmada, bate, bate com objeto) e “*outros*” (referente a ações como colocar de castigo, deixar sem assistir TV). Para tal análise foi aplicado o Teste Não Paramétrico de Mann-Whitney (com nível de significância fixado em 5%). Verificaram-se na comparação entre os grupos A e B diferenças entre a “*medida verbal*” aplicada pelas mães dos grupos, sendo tal tipo de medida significativamente maior para o grupo B. Já para com as outras variáveis não foram encontradas diferenças significativas. Pode-se dizer que, em geral, as famílias de ambos os grupos afirmam aplicar os mesmos tipos de medida às suas crianças, exceto aquela caráter verbal.

Não obstante, em ambos os grupos, 21,4% das mães relataram o uso, para castigar as crianças, de objetos como cinto ou chinelo, sem aparentemente discriminar tal prática como constituinte de um exemplo de violência contra a criança. Segundo pesquisadores da área (Azevedo & Guerra, 2001; Straus, 2000) o uso de punição corporal é, muitas vezes, embasado em crenças e normas culturais presentes na rede social. Essas crenças e normas culturais consideram que o uso da punição corporal seja uma forma aceitável de disciplina e refletem um desconhecimento da legislação em vigor como o atual Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Nas famílias participantes foram encontrados problemas de saúde (como abuso de álcool, drogas e depressão), tanto no grupo A como no grupo B. No Grupo A, 35,7% das mães e 42,8% dos pais foram identificadas como tendo problemas de saúde, e no Grupo B, 21,4% das mães e 28,5% dos pais. Pode-se dizer que ambos os grupos existem estressores que contribuem para o desencadeamento da violência doméstica.

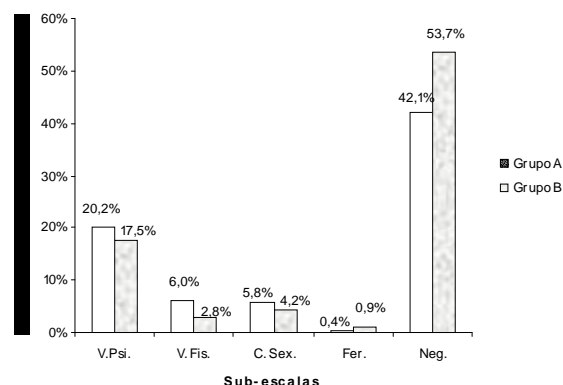
Há consenso na literatura de que problemas de saúde por parte da família, dentre esses o abuso de álcool e drogas são considerados sérios estressores que propiciam o desencadeamento da violência (Caminha, 1999; Sinclair, 1985; Webster-Stratton, 1997). Além disso, altos níveis de estresse parental podem estar associados a um maior risco de abuso físico infantil, na medida em que as crenças e valores dos pais aprovarem o uso da força física como forma de lidar com a criança (Crouch & Behl, 2001). Mais especificamente sobre a saúde da família, em seu estudo de revisão sobre programas de intervenção com famílias de crianças pré-escolares com problemas de comportamento,

Webster-Stratton (1997) diz que “mães com depressão, pais alcoolistas, e comportamento anti-social e agressivo em quaisquer dos pais implica em um fator de risco” (p. 434).

Quando se levam em conta os dados a respeito dos episódios de violência familiar, constatou-se que em 71% das famílias do grupo A em que se identificou a ocorrência de episódios de violência no relato da mãe, existiam, adicionalmente, problemas de saúde na família. Essa característica não se repetiu com o grupo B. As mães do grupo B com problemas de saúde não relataram episódios de violência.

Os dados obtidos na Escala de Táticas de Conflito CTS-2 foram calculados seguindo as sugestões de Straus e cols. (1996). Na análise sugerida pelos autores a escala é constituída pelas subescalas: *violência psicológica*, *violência física*, *coerção sexual*, *ferimentos e negociação* (essa, particularmente, refere-se às habilidades socialmente desejáveis para a resolução de conflitos). Os resultados obtidos são apresentados na Figura 1.

De modo geral, os dados apresentados a respeito da Escala de Táticas de Conflito (CTS-2) mostram existirem níveis de violência e de negociação em ambos os grupos. Entre as subescalas que apresentaram maior porcentagem de pontuação em ambos os grupos têm-se a subescala *violência psicológica* e a subescala *negociação*. No entanto, na subescala *negociação* o grupo B apresentou 11,6 % de pontuação a mais do que o apresentado pelo grupo A. Sendo assim, o grupo B demonstrou maiores índices de negociação que o grupo A.



Nota. V Psi.= violência psicológica; V Fis.= violência física; C Sex.= coerção sexual; Fer.= ferimentos; e Neg. = negociação (habilidades socialmente desejáveis para a resolução de conflitos).

Figura 1. Porcentagem média de pontos atribuídos pelas mães de ambos os grupos, nas subescalas do CTS-2

Uma vez que as mães de ambos os grupos relataram ter experienciado violência, cabe perguntar em que medida a violência seria igual para os dois grupos. Teria ela a mesma intensidade? Para responder a tal questionamento uma segunda análise consistiu em avaliar a intensidade da violência sofrida por cada grupo. Straus e cols. (1996) dividem os atos violentos em duas categorias de intensidade: leve e severa.

Para comparar os grupos A e B a respeito dos dados obtidos nas subescalas, por níveis de intensidade da violência, mudou-se a unidade de análise dos grupos para as famílias de cada grupo que apresentaram pontuação nas subescalas de violência, o que ocorreu para 12 famílias do grupo A e 11 famílias do grupo B. Foram efetuados Testes Qui-quadrado (χ^2 1= 3,84146) sobre o total de cada subescala e sobre os níveis de intensidade de violência, considerando-se o nível de significância de 5%.

A Tabela 1 expressa os resultados obtidos a partir dessa classificação. Tal Tabela apresenta a pontuação de itens por níveis de intensidade assinalados em cada subescala e os resultados obtidos dos testes estatísticos realizados.

Tabela 1. Pontuação de itens assinalados por níveis de intensidade em cada subescala dos grupos A e B

Classes e níveis de comportamento	Grupo A	Grupo B
Violência Física		
Leve	135*	102*
Severa	100*	18*
Total	235*	120*
Violência Psicológica		
Leve	388*	346*
Severa	109*	83*
Total	497*	429*
Coerção Sexual		
Leve	45*	71*
Severa	77*	17*
Total	122*	88*
Ferimentos		
Leve	4*	13*
Severa	5*	7*
Total	9*	20*
Total de violência	863*	657*
Negociação	884*	1117*

* diferenças estatisticamente significativas $p < 0,05$.

Em relação à subescala *violência física*, a pontuação obtida nos itens assinalados, referentes ao nível de intensidade leve, foi significativamente maior para o grupo A (135) do que para o grupo B (102), o

mesmo ocorrendo em relação à violência severa, sendo o grupo A (100) significativamente maior do que o grupo B (18) para tal intensidade.

Na subescala correspondente à *violência psicológica*, em ambos os grupos a maior pontuação se encontrou na intensidade leve. No entanto, cabe ressaltar que o grupo A apresentou uma pontuação significativamente maior de *violência psicológica* leve (388) do que o grupo B (346). Adicionalmente, tal como na modalidade *violência física*, a pontuação dos itens assinalados correspondentes à intensidade de *violência psicológica severa* foi significativamente maior no grupo A (109) do que no grupo B (83).

Quanto à subescala *coerção sexual*, o grupo A apresentou uma pontuação significativamente menor (45) do que a obtida pelo grupo B (71) quanto ao nível de intensidade leve. Em contraste, o inverso aconteceu no nível de intensidade severa, sendo que o grupo A apresentou uma pontuação significativamente maior (77) do que a obtida pelo grupo B (17).

Para a subescala relativa a *ferimentos*, na intensidade de violência leve, a pontuação obtida foi significativamente menor para o grupo A (4) do que para o grupo B (13). Da mesma maneira, no nível de intensidade de violência severa o grupo A teve uma pontuação significativamente menor (5) do que o grupo B (7). Além disso, em contraste com as demais subescalas, os dados obtidos na subescala *ferimentos* apresentaram a menor pontuação obtida pelos grupos A e B, em relação às outras subescalas referentes à violência.

Com respeito à subescala *negociação*, pode-se destacar que ambos os grupos apresentaram uma pontuação elevada de negociação. Considerando-se a escala (CTS-2) como um todo, pode-se constatar que a subescala *negociação* foi a que obteve a maior pontuação.

Analisando-se os dados apresentados na Tabela 1, relativos aos totais, observa-se que o grupo A apresentou pontuação significativamente maior na maioria das subescalas, sendo, no geral, a violência experienciada pelo grupo A significativamente mais severa do que no grupo B. Da mesma forma, o grupo A apresentou uma pontuação total (863) significativamente maior do que o grupo B (657), referente às subescalas de violência. Assim sendo, pode-se dizer que as crianças do grupo A experienciaram maior frequência e intensidade de violência do que as do grupo B.

A Figura 2 resume os dados obtidos nos relatos das mães, durante a Escala de Táticas de Conflito (CTS-2), a respeito dos níveis de intensidade de violência em cada um dos grupos.

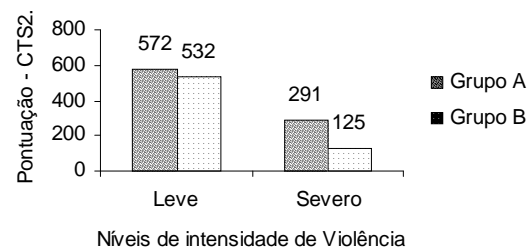


Figura 2. Pontuação total dos níveis de intensidade de violência nos grupos A e B, no CTS-2

Os resultados apresentados na figura mostram que a pontuação do nível de intensidade leve foi maior para o grupo A (572) e menor para o grupo B (532). Ainda neste nível de intensidade, ambos os grupos mostram uma proximidade na pontuação. Em contraposição, a pontuação total obtida pelo grupo A (291) foi mais do que o dobro da pontuação obtida pelo grupo B (125) com respeito ao nível de intensidade severo. Mais especificamente, o grupo A apresentou intensidade de violência severa 57% maior do que o grupo B. Esses resultados mostram, também, um número maior de pontuação à violência de intensidade leve em relação à severa, em ambos os grupos.

Tais dados reforçam a idéia de que a violência está presente nas famílias de ambos os grupos, no entanto, nas famílias do grupo A ela existe com maior intensidade e frequência. Portanto, pode-se dizer que as crianças do grupo A (crianças agressivas) estavam mais expostas a incidentes de violência severa do que as crianças do grupo B (crianças não agressivas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados confirmaram os resultados do estudo comparativo de McCloskey, Figueredo e Koss (1995) sobre os efeitos da violência sistêmica sobre a saúde mental das crianças. Em ambos os estudos foram encontrados índices de violência familiar, comparando-se as famílias de risco com as famílias do grupo-controle; da mesma forma, os dados sobre punição corporal foram iguais em ambos os grupos. Vale acrescentar que a punição corporal é o principal fator de risco para o abuso físico (Straus, 2000). O uso da punição corporal como forma de educar ou

disciplinar as crianças envolve conceitos arraigados em nossas crenças e normas culturais (Azevedo & Guerra, 2001) que, no geral, não são condenados pela comunidade, talvez por não ter ciência da gravidade dessa prática disciplinar, bem como pela inexistência de políticas públicas de combate e prevenção do castigo corporal.

No estudo de Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) sobre as relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência, os resultados encontrados mostraram uma associação entre agressividade e punição física. No presente estudo não se obtiveram dados suficientes que confirmem ou refutem estes resultados, por conseguinte, seria pertinente a realização de futuros estudos sobre comportamento agressivo e violência doméstica que considerassem as duas populações participantes de ambos os estudos (adolescentes e crianças) a respeito de sofrer punição física.

A presença de violência em ambos os grupos pode ser explicada por diversos fatores. As famílias participantes do estudo fazem parte de uma população imersa em uma série de fatores de risco inter-relacionados que colaboram para a ocorrência de violência doméstica em maior escala. Dentre esses fatores podem-se destacar a pobreza excessiva (Barnett, 1997), os problemas de saúde, o consumo de álcool e drogas, (Webster-Stratton, 1997), o baixo nível de escolaridade e o fato de a comunidade onde as famílias se encontram ser desprovida de uma rede estruturada de apoio social (Koller, 1999; Pires, 1999). Entretanto, estes fatores de risco contribuem para o desenvolvimento da violência doméstica, mas não devem ser utilizados como justificativa para a ocorrência desta violência.

Deve-se ressaltar que a maioria das famílias de ambos os grupos apresentaram pontuação na subescala *negociação* da escala CTS-2; portanto, pode-se dizer que, de modo geral, as famílias que apresentaram violência também negociavam, ou seja, elas apresentavam habilidades socialmente desejáveis para a resolução de conflitos. A presença de níveis de negociação nas famílias participantes da pesquisa pode ser um fator importante que explicaria o não-engajamento de alguns dos pais em comportamentos abusivos e negligentes. Como já observou Barnett (1997), a boa habilidade interpessoal parental é considerada um fator de proteção contra a ocorrência de violência doméstica.

Os fatores de proteção têm um papel fundamental na mediação dos efeitos da violência. Talvez a forma como as crianças responderam à ocorrência de violência - sua capacidade de resiliência - (Masten,

2001), seja uns dos fatores de proteção que pode ter referido à não-ocorrência de comportamentos agressivos por parte das crianças do grupo B, que também estavam expostas direta ou indiretamente à violência doméstica. Da mesma maneira que os fatores de proteção, o nível de exposição à violência conjugal pode ter agido como mediador da violência a que a criança estava sujeita, uma vez que os níveis de intensidade da violência foram diferentes em ambos os grupos. As crianças do grupo B, que não apresentavam comportamentos agressivos, foram expostas a níveis de violência menores do que as crianças do grupo A, que apresentavam comportamento agressivo. Mais especificamente, as famílias do grupo B apresentaram níveis de intensidade de violência severa 57% menores do que os apresentados pelo grupo A. Segundo Osofsky (1997), o nível de exposição à violência pode ter uma relação com os sintomas apresentados pelas crianças. Cabe destacar a importância da realização de maiores estudos a respeito das consequências apresentadas pelas crianças frente a diferentes níveis de intensidade de violência, assim como a capacidade de resiliência apresentada pelas mesmas.

Em conclusão, o presente estudo responde ao questionamento inicial. Há, no geral, maior incidência de severidade de exposição à violência doméstica nas crianças do sexo masculino que apresentaram comportamento agressivo na escola, quando comparadas às crianças do mesmo sexo que não apresentam tal comportamento. Na amostra estudada o fenômeno da violência doméstica foi encontrado em ambos os grupos, mas os níveis da violência se expressaram de formas diferentes. As crianças do grupo A estavam expostas a violência conjugal mais severa do que as crianças do grupo B.

Pode-se afirmar que o comportamento agressivo das crianças na escola poderia ser entendido como “um pedido de ajuda” das mesmas, já que a apresentação de comportamento agressiva pode ser considerada um indicador de que a criança se encontra em situação de risco, frente à exposição à violência severa. Espera-se que o presente estudo sirva de alerta para a necessidade de se desenvolverem serviços de prevenção e intervenção em relação às crianças em situação de tal risco.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association (2003). *Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-*

TR). (Tradução Claudia Dornelles) Porto Alegre: Artes Médicas.

Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (1995). Como se conceitua? Em *A violência doméstica na infância e na adolescência*. (pp. 31-63) São Paulo: Robe

Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (2001). *Mania de bater: A punição corporal doméstica de crianças no Brasil*. São Paulo: Iglu.

Bandura, A. (1973). *Aggression: A social learning analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Barnett, D. (1997). The effects of early intervention on maltreating parents and their children. Em M. J. Guralnick, *The effectiveness of early intervention*. (pp. 147-167) Washington: Paul H. Brookes Publishing Co.

Basso, A. F. T. (1998). A violência denunciada na cidade de São Carlos. Monografia, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.

Brancalhone, P. G. & Williams, L. C. A. (2003). Crianças expostas à violência conjugal: Uma revisão de área. Em M. C. Marquezine, M. A. Almeida, S. Omote & E. D. O. Tanaka (Orgs.). *O papel da família junto ao portador de necessidades especiais*. Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, (6), (pp. 123-130). Londrina: Eduel.

Brancalhone, P. G., Fogo, J. C. & Williams, L. C. A. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 20, (2) 113-117.

Brasil. Congresso. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Corrêa, L. C. & Williams, L. C. A. (2000). O impacto da violência conjugal sobre a saúde mental das crianças. [Resumo] *Resumos de comunicação científicas, XXX Reunião Anual de Psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia, Brasília*, p. 235. Brasília: SBP.

Caminha, R. M. (1999). A Violência e seus danos à criança e ao adolescente. Em Amencar (Org.). *Violência doméstica*, (pp. 43-60) São Leopoldo: Amencar.

Cortez, M. B. (2002) Grupo terapêutico cognitivo comportamental com homens que agredem fisicamente suas parceiras. Monografia, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.

Crouch, J. L. & Behl, L.E. (2001) Relationships among parental beliefs in corporal punishment, reported stress, and physical child abuse potential. *Child Abuse & Neglect*, 25, 413-419.

Cummings, E. M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions. Em G. W. Holden, R. Geffner & E. F. N. Jouriles (Orgs.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 55-93). Washington, DC: American Psychological Association.

D'Affonseca, M. S. & Williams, L. C. A. (2003) Clubinho: Intervenção psicoterapêutica com crianças vítimas de violência física intrafamiliar. *Temas em Desenvolvimento*, 12, (67), 33-43.

Fantuzzo, J. W. & Lindquist, C. U. (1989) The effects of observing conjugal violence on children: A review and analysis of research methodology. *Journal of Family Violence*, 4, (1), 77-94.

Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em A. Del Prette, & Z. A. P. Del Prette. (Org.) *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. (pp.21-60) Campinas: Alínea.

Graham-Bermann, S. A. (1998). The impact of woman abuse on children's social development: Research and theoretical perspectives. Em G. W. Holden, R. Geffner & E. F. N. Jouriles (Orgs.), *Children exposed to marital violence: Theory research and applied issues* (p. 21-54) Washington, DC: American Psychological Association

Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (1998). Appraisal and outlook. Em G. W. Holden, R. Geffner, & E. F. N. Jouriles (Orgs.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 409-421). Washington, DC: American Psychological Association.

Jaffe, P. G. & Poisson, S. E. (2000). Children exposed to domestic violence: Challenges for the next century. Em P. G. Jaffe, M. Russell & M. J. G. Smith (Orgs.), *Creating a legacy hope: Proceedings of an International Conference on Children Exposed to Domestic Violence* (pp.1-6). Vancouver: Yukon Society of Transitions Houses.

Jaffe, P. G., Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered women*. (Developmental clinical psychiatry, 21). Newbury Park: Sage Publications.

Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, Ezell, E. (2001). Issues and controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. Em S. A. Graham-Bermann & J. Edleson (Orgs.). *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy* (pp.13-34). Washington: American Psychological Association.

Koller, S. H. (1999). Violência Doméstica: uma visão ecológica. Em Amencar (Org.). *Violência doméstica*, (pp. 32-42) São Leopoldo: Amencar.

Lisboa, C. S. M. & Koller, S. H. (2001). Escala de percepção por professores dos comportamentos agressivos de crianças na escola. *Psicologia em Estudo*, 6, (1), 59-69.

Manion, I. G. & Wilson, S. K. (1995). *An examination of the association between histories of maltreatment and adolescent risk behaviours*. National Clearinghouse of Family Violence: Ontario, Canada.

Masten A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56, 238-227.

McCloskey, L. A., Figueredo, A. J. & Koss, M. P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. *Child Development*, 66, 1239-1261.

Meneghel, S. N., Giugliani, E. J. & Falceto, O. (1998). Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cadernos de saúde pública*, 14, (2), 327-335.

ONU/UNDP (1997). Human development report 1997; Human development eradicate poverty [On-line] *United Nations Developments Program*. Disponível em: <<http://www.unpd.org/reports/global/1997/>>. (Acessado em: 15/03/03)

Osofsky, J. D. (1997). *Children in a violent society*. New York. Guilford Press.

- Patterson G. R., Reid, J. B. & Dishion, J. T. (1992) *Antisocial boys: A social interactional approach*. Eugene, Oregon: Castalia Publishing Company.
- Pires, J. M. A. (1999). Violência na infância - aspectos clínicos. Em Amencar (Org.). *Violência doméstica*, (pp. 61-70) São Leopoldo: Amencar.
- Reid, J. B., Patterson, G. R. & Snyder, J. (2002). *Antisocial behavior in children and adolescents: A developmental analysis and model for intervention*. Washington: American Psychological Association.
- Sinclair, D. (1985). *Understanding wife assault*. Toronto: Publications Ontario.
- Straus, M. A. (2000). Corporal punishment and prevention of physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 124, 1109-1114.
- Straus, M. A., Hamby, S.H., Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996). The revised conflict tactics scales (CTS-2). *Journal of Family Issues*, 17 (3), 283-316.
- Webster-Stratton, C. (1997). Early intervention for families of preschool children with conduct problems. Em M. J. Guralnick, *The effectiveness of early intervention*, (pp. 429-453) Washington; Paul H. Brookes Publishing Co.
- Williams, L. C. A. (1998). Entrevista com vítimas de violência doméstica. Material não publicado utilizado no estágio "Intervenção de vítimas de violência", Universidade Federal de São Carlos.
- Wolfe, D. A., Jaffe, P., Wilson, S.K. & Zak, L. (1985). Children of battered women: The relation of children behavior to family violence and maternal stress. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 53, (5), 657-665.

Recebido em 30/11/2004
Aceito em 30/06/2005

Endereço para correspondência: Daniela Patricia Ado Maldonado, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. Rodv. Washington Luis, Km. 235, Cx. Postal 676 CEP 13565-905, São Carlos-SP. E-mail: ado_daniela@yahoo.com.br